



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004073-61.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nota Fiscal ou Fatura**
 Requerente: **IRMÃOS RUSCITO LTDA**
 Requerido: **Auto Posto Riviera de São Carlos Ltda**

Vistos.

IRMÃOS RUSCITO LTDA moveu ação de cobrança contra AUTO POSTO RIVIERA DE SÃO CARLOS LTDA ME, pedindo sua condenação no pagamento da importância de R\$ 4.752,34, com os acréscimos legais.

Citado, o réu não contestou a ação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O réu foi citado e não contestou a ação, o que acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados (C.P.C., art. 319), assim, por efeito da revelia, presunção que se fortalece pela exibição de documentos indicativos da relação jurídica de direito material.

Analisando o cálculo apresentado às fls. 03, além do valor do débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, o autor incluiu custas processuais e honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pelo autor, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu a pagar para o autor importância de R\$ 3.648,00, com correção monetária e juros moratórios, estes contados da data da citação inicial, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P. R. I. C.

São Carlos, 11 de março de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**